

PROJETO DE LEI Nº 2.401, DE 2003

Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte § 6º ao art. 14 da proposição em epígrafe:

“Art. 14.

“§ 6º A autorização, o registro e o licenciamento de organismos geneticamente modificados - OGM para o plantio com fins comerciais dependerá de estudo prévio de impacto ambiental (EIA).”

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 225, § 1º, inciso IV, que cabe ao Poder Público “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio

